

FACULDADE DE DIREITO DE VARGINHA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO
“Direito Processual Civil e Direito Constitucional Aplicado”

Módulo: Recursos e Meios de Impugnação
Prof.^a Lilian Maria Salvador Guimarães Campos
Carga horária: 30 horas-aula
Ano Letivo: 2010

I - OBJETIVOS DO MÓDULO

Neste módulo o aluno estudará a atividade cognitiva exercida pelos tribunais a partir do sistema recursal, ou seja, de uma extensão do direito de ação exercido através do processo.

Como consequência da morosidade processual revelada, houve uma série de reações, institucionais, com destaque para a promoção de reformas na legislação processual, com o fim de reforçar as tendências de uniformização da jurisprudência e celeridade procedimental.

Neste contexto, em um primeiro momento, será feita uma análise crítica do nível de litigiosidade e recorribilidade dos tribunais brasileiros, com base em estudos empíricos recentes dos tribunais superiores e Conselho Nacional de Justiça.

Com o objetivo de desenvolver o raciocínio processual necessário à análise dos requisitos de admissibilidade e do mérito recursal, além dos efeitos suspensivo e devolutivo dos recursos, serão estudados, antes da análise dos recursos em espécie, os postulados da teoria geral de recursos.

Sob o prisma dos princípios de celeridade, justiça e segurança jurídica, os recursos serão estudados como meios de correção de *errores in procedendo e in iudicando*, vale dizer: como uma possibilidade de se devolver a um órgão colegiado a revisão do caso e decisão do juiz de primeira instância, postergando a formação da coisa julgada, que reveste de estabilidade a decisão judicial.

Após a análise dos princípios de interpretação constitucional e da visão moderna da teoria da separação dos poderes, o aluno será convidado a refletir sobre a natureza jurídica e a legitimidade da súmula vinculante, enquanto “filtro” capaz de eliminar aquela morosidade, e concorrer para um decréscimo significativo no volume de processos.

Serão estudados, ao final do curso, os meios autônomos de impugnação, a título de sucedâneos recursais, com foco na ação rescisória, oportunidade em que os alunos analisaram a tese da relativização da Coisa Julgada.

A partir deste conteúdo, objetiva-se desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- análise dos custos, tempo, riscos, vantagens e desvantagens envolvidos em cada escolha processual e tomada de decisão, com a utilização de fluxogramas para a visão macroscópica dos gargalos procedimentais da fase recursal;
- gestão do conflito, a partir da análise de casos práticos;
- manuseio do instrumental técnico-processual para operar estrategicamente o sistema recursal;
- análise de julgados;
- compreensão e sistematização de conceitos.

II - EMENTA

Processo e Constituição. Princípios do Processo na Constituição Federal. Postulados da Teoria Geral dos Recursos. Recursos ordinários e extraordinários. Admissibilidade Recursal e seus efeitos. Visão moderna da teoria da separação dos poderes e Súmula Vinculante. Meios autônomos de impugnação. Ação rescisória. Relativização da Coisa Julgada.

III - PROGRAMA

AULA 01 - Estatísticas sobre taxas de recorribilidade e morosidade processual no Judiciário Brasileiro. Reformas processuais.

AULA 02 - Teoria Geral dos Recursos

AULA 03 - Estratégia recursal vs. abuso do direito de recorrer: pesos e contrapesos

AULA 04 - Recursos em espécie - Apelação, com especial foco na extensão de seu efeito devolutivo

AULA 05 - Recurso em espécie - Agravo: Hipóteses de cabimento e suas principais características

AULA 06 - Recurso em espécie - Embargos infringentes, de declaração e de divergência: Hipóteses de cabimento e suas principais características

AULA 07 - Recurso em espécie: Recurso Especial e Extraordinário: hipóteses de cabimento e as principais características dos recursos nos tribunais superiores

AULA 08 - Repercussão Geral no Recurso Extraordinário

AULA 09 - Visão moderna da teoria da separação dos poderes e Súmula Vinculante.

AULA 10 - Meios autônomos de impugnação.

AULA 11 - Ação Rescisória e Relativização da Coisa Julgada.

IV - METODOLOGIA

Serão utilizadas as seguintes metodologias: aulas expositivo-participativas; análise de casos; análise de julgados e debates.

V - MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

No curso, a avaliação continuada será mensurada a partir da participação do aluno em sala de aula, postura, leitura dos textos, atuação nos debates, realização de atividades em sala e apresentação de artigo ao final do módulo.

VI – BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de processo civil: processo de conhecimento**. v. 2. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. **A EC 45 e o instituto da repercussão geral**. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim *et alli* (Coord). Reforma do Judiciário. São Paulo: RT, 2005.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao Código de Processo Civil**. v.5, 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BEDAQUE, José Roberto. Apelação: questões sobre admissibilidade e efeitos. IN: **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis (Coord. Nelson Nery Junior e Teresa Arruda Alvim Wambier)**, v. 7, São Paulo: RT, 2003, p. 437-471.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da constituição**. 3ª Ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Do recurso de agravo ante a lei 11.187/2005*. IN **Aspectos polêmicos e atuais dos Recursos Cíveis (Coord. Nelson Nery Junior e Teresa Arruda Alvim Wambier)**, v. 10, São Paulo: RT, pp. 34-48.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Relativizar a coisa julgada material*. In: **Nova era do processo civil**. 2ª ed., 2007.

GRECO, Leonardo. **A Falência do Sistema de Recursos**. In: *Estudos de Direito Processual*. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2005, pp. 297-316.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Frabris, 1997.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso Extraordinário e Recurso Especial**. 10ª ed. rev. ampl. e atual. de acordo com as leis 11.417 e 11.418/2006 e a emenda regimental STF 21/2007. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo civil**. v. 1. 2ª ed. ver e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo**. 9ª ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Princípios Fundamentais: teoria geral dos recursos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 9ª ed. 2009.

_____. **Teoria Geral dos Recursos**. 6ª ed., São Paulo: RT, 2004.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Lineamentos da nova reforma do CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Recurso especial, recurso extraordinário e ação rescisória**. 2ª ed. refor. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

VII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR E MATERIAL DE APOIO

ASSIS, Araken de. *Embargos infringentes*. In: **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis (Coord. Nelson Nery Junior e Teresa Arruda Alvim Wambier)**. São Paulo: RT, 2006, pp. 13-53.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Considerações sobre a chamada 'relativização' da coisa julgada material*. In: **Temas de Direito Processual**. 9ª série. São Paulo: Saraiva, 2007, pp. 235-265.

BUENO, Cássio Scarpinella. *De volta ao prequestionamento – duas reflexões sobre o RE 298.695-SP*. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis (Coord. Nelson Nery Jr e Teresa Arruda Alvim Wambier)**. Vol.8, São Paulo: RT, 2005, pp. 61-86

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Nova era do processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2007.

Justiça em números, 2005 e 2008, Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <http://www.cnj.gov.br>.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada**. Trad. Alfredo Buzaid e Benvindo Aires e Notas relativas ao direito brasileiro de Ada Pellegrini. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

Pacto de Estado em favor de um judiciário mais rápido e republicano (4p) (www.mj.gov.br).

Secretaria de Reforma do Judiciário, Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ) e Escola de Direito da FGV-SP. **Análise da gestão e funcionamento dos cartórios judiciais**. SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). Brasília, DF: Secretaria de Reforma do Judiciário: CEBEPEJ, 2007. (disponível em <http://www.cebepej.org.br/>)